



Consultores de Formação e
Gestão Empresarial, Lda.



Manual

História do Movimento Sindical - Nacional e Internacional

Formação Modular (FM)

UFCD 5453 - História do movimento sindical - nacional e internacional

FORMADOR/A

Patrícia Silva

DATA

January de 2025



Cofinanciado pela
União Europeia

Índice

| | |
|---|----|
| Objectivos | 2 |
| Conteúdos | 2 |
| Introdução | 3 |
| 1. O Nascimento e a Consolidação do Movimento Sindical | 3 |
| 1.1. O Contexto da Revolução Industrial e as Primeiras Formas de Organização | 3 |
| 1.2. A Emergência dos Sindicatos: Instrumentos de Luta e Negociação | 4 |
| 1.3. A Consolidação do Sindicalismo e as Primeiras Conquistas | 5 |
| 2. A Evolução das Condições de Trabalho ao Longo do Tempo | 6 |
| 2.2 Do Século XIX ao Século XX: Melhorias e Novos Desafios | 6 |
| 2.3. O Trabalho no Século XXI: Precarização, Digitalização e Novos Desafios | 7 |
| 3. A Criação do Movimento Sindical Internacional | 8 |
| 3.1. O Internacionalismo Operário: Uma Resposta à Globalização do Capital | 8 |
| 3.2. As Primeiras Internacionais e a Divisão Ideológica | 8 |
| 3.3. A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Unidade Sindical Global | 9 |
| 4. O 1.º de Maio no Movimento Sindical: Dia Internacional do Trabalhador | 10 |
| 4.1. A Origem do 1.º de Maio: A Luta pelas 8 Horas e os Mártires de Chicago | 10 |
| 4.2. A Consagração do 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador | 10 |
| 4.3. O 1.º de Maio como Símbolo de Luta e Solidariedade | 11 |
| 5. O Movimento Sindical em Portugal: Uma História de Luta e Resistência | 11 |
| 5.1. As Origens do Movimento Sindical em Portugal: Influências e Primeiras Organizações | 11 |
| 5.2. A Criação das Centrais Sindicais em Portugal: CGTP e UGT | 12 |
| 5.3. Uma Longa Ditadura de 48 Anos: Repressão e Resistência Sindical | 13 |
| 5.4. A Evolução Após o 25 de Abril de 1974: Liberdade Sindical e Novas Conquistas | 13 |
| 6. Centrais Sindicais – Organização e Funcionamento em Portugal | 14 |
| 6.1. A Organização Interna das Centrais Sindicais (CGTP-IN e UGT) | 14 |
| 6.2. O Funcionamento e a Ação das Centrais Sindicais | 15 |
| 7. Organizações Sindicais Internacionais: Estrutura e Atuação Global | 16 |
| 7.1. A Estrutura das Organizações Sindicais Internacionais | 16 |
| 7.2. A Atuação das Organizações Sindicais Internacionais | 16 |
| Conclusão | 17 |
| Bibliografia Recomendada | 17 |

O presente manual foi concebido como instrumento de apoio à UFCD 5453 – História do movimento sindical - nacional e internacional, de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações.

Objectivos

Explicar a organização e funcionamento do movimento sindical em Portugal e no Mundo.

Conteúdos

História do Movimento Sindical

- Do nascimento à consolidação
- A evolução das condições de trabalho
- A criação do movimento sindical internacional
- O 1.º de Maio no movimento sindical

O Movimento Sindical em Portugal

- As origens do movimento sindical em Portugal
- A Criação das Centrais Sindicais
- Uma Longa ditadura de 48 anos
- A evolução após o 25 de Abril de 1974
- Centrais Sindicais – organização e funcionamento

Organizações Sindicais Internacionais

Introdução

O movimento sindical desempenhou um papel crucial na construção dos direitos dos trabalhadores e na organização de trabalhadores em escala global. Originado no contexto da Revolução Industrial, o sindicalismo emergiu como uma resposta às condições precárias de trabalho e à exploração dos trabalhadores pelas novas indústrias.

Este manual visa ajudar os formandos a obter uma visão geral sobre a evolução histórica do movimento sindical, desde as suas raízes no século XVIII até sua consolidação no século XX, abordando as suas principais fases e desafios, com especial incidência no sindicalismo em Portugal.

1. O Nascimento e a Consolidação do Movimento Sindical

1.1. O Contexto da Revolução Industrial e as Primeiras Formas de Organização

O Cenário dos Séculos XVIII e XIX

Durante os séculos XVIII e XIX, a Revolução Industrial trouxe profundas transformações económicas e sociais, impactando diretamente a vida dos trabalhadores. Embora tenha impulsionado o progresso tecnológico e aumentado a produção, o novo sistema de produção industrial também gerou condições laborais extremamente precárias:

- i. Jornadas de trabalho extenuantes: Era comum que os trabalhadores enfrentassem jornadas de 14, 16 ou até mais horas diárias, sem direito a descanso semanal.
- ii. Salários baixos e instáveis: A competição acirrada por empregos e a falta de regulamentações salariais mantinham os rendimentos em níveis de subsistência, muitas vezes pagos com atraso ou em forma de gêneros.
- iii. Condições de trabalho insalubres e perigosas: Fábricas e minas apresentavam ambientes inseguros, caracterizados pela falta de ventilação, iluminação inadequada, ruído excessivo e riscos constantes de acidentes graves.
- iv. Exploração do trabalho infantil: Crianças eram amplamente empregadas em minas e fábricas, realizando tarefas perigosas que comprometiam o seu desenvolvimento físico e mental.
- v. Ausência de proteção social: Na época, inexistiam sistemas de seguridade social, seguros de saúde ou qualquer tipo de apoio em casos de desemprego, doença ou invalidez.

As Primeiras Respostas Coletivas

Diante desse cenário de exploração e vulnerabilidade, os trabalhadores começaram a perceber a importância de se organizar para defender seus direitos e interesses.

Assim, surgiram as primeiras formas de organização operária, de maneira espontânea e gradual, procurando combater as adversidades impostas pelo novo modelo industrial:

- I. Associações de Ajuda Mútua: Formadas inicialmente para oferecer apoio em situações de necessidade, como doença, acidente ou morte, essas associações promoviam a solidariedade entre os trabalhadores, fortalecendo laços de cooperação.
- II. Sociedades de Socorro: Semelhantes às associações de ajuda mútua, essas entidades possuíam uma estrutura mais formal e forneciam assistência financeira e social aos seus membros, ampliando o alcance do apoio coletivo.
- III. Cooperativas: Buscando criar alternativas ao sistema econômico vigente, os trabalhadores organizavam cooperativas para produzir e distribuir bens e serviços de maneira coletiva. Esse modelo visava não apenas a sobrevivência, mas também a melhoria das condições de vida.

Essas iniciativas pioneiras marcaram os primeiros passos rumo à estruturação de um movimento sindical, que viria a se consolidar nas décadas seguintes como uma força essencial na luta por melhores condições de trabalho e direitos sociais.

1.2. A Emergência dos Sindicatos: Instrumentos de Luta e Negociação

A Evolução dos Sindicatos

Os sindicatos representaram uma mudança qualitativa nas formas de organização operária, destacando-se por:

- i. Foco na Defesa dos Interesses Laborais - Diferentemente das associações de ajuda mútua, os sindicatos tinham como objetivo principal a defesa dos interesses profissionais e laborais de seus membros.
- ii. Ação Reivindicativa e Negociação - Os sindicatos adotaram estratégias de luta focadas na negociação coletiva e na pressão sobre empregadores e governos para garantir melhores condições de trabalho e salários.
- iii. Estrutura Organizacional Mais Formal - Desenvolveram estruturas complexas, com direções eleitas, cobrança de quotas dos associados e planejamento estratégico de ações, consolidando-se como entidades sólidas de representação.
- iv. Diversificação das Formas de Sindicalização - Inicialmente organizados por ofícios ou profissões, os sindicatos evoluíram para formatos mais abrangentes, como os sindicatos de indústria ou de ramo de atividade. Estes passaram a incluir trabalhadores de diversas profissões dentro de um mesmo setor econômico, fortalecendo a unidade da classe trabalhadora.

As Greves como Ferramenta de Luta

As greves foram um dos principais instrumentos de luta do movimento sindical. Ao interromperem a produção, os trabalhadores pressionavam empregadores e autoridades a atenderem suas reivindicações. Embora frequentemente reprimidas de forma violenta, as greves desempenharam um papel fundamental na conquista de direitos trabalhistas essenciais, marcando a história do sindicalismo.

1.3. A Consolidação do Sindicalismo e as Primeiras Conquistas

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados pela consolidação do movimento sindical em muitos países industrializados. Apesar da resistência dos empregadores e do Estado, os sindicatos ganharam força e reconhecimento.

Reconhecimento Legal

Em muitos países, foram promulgadas leis que reconheceram o direito de associação sindical, o direito à negociação coletiva e o direito à greve. Essas conquistas, embora iniciais e com muitas restrições, representaram um marco na organização dos trabalhadores e na luta por seus direitos.

Expansão do Sindicalismo

O sindicalismo expandiu-se para além dos setores industriais tradicionais, abrangendo trabalhadores do comércio, serviços, transportes e, gradualmente, o setor público. Esse crescimento refletiu a diversidade da força de trabalho e fortaleceu o movimento sindical como uma representação abrangente dos interesses laborais.

Conquistas de Direitos Laborais

- i. Redução da jornada de trabalho
- ii. Aumento dos salários
- iii. Regulamentação das condições de trabalho
- iv. Criação de Sistemas de Proteção Social

A consolidação do movimento sindical não foi um processo linear e homogêneo. Variações políticas, econômicas e sociais influenciaram o seu desenvolvimento em diferentes países. Contudo, o século XX testemunhou o sindicalismo como uma força social incontornável, capaz de influenciar as políticas laborais e sociais, moldando de maneira significativa a relação entre capital e trabalho.

2. A Evolução das Condições de Trabalho ao Longo do Tempo

2.2 Do Século XIX ao Século XX: Melhorias e Novos Desafios

Redução das Jornadas de Trabalho

No século XIX, as jornadas de trabalho frequentemente ultrapassavam 12 a 16 horas diárias, inclusive para mulheres e crianças. No entanto, as lutas sindicais e a crescente consciência social sobre os efeitos adversos do excesso de trabalho levaram a reformas significativas. Durante o século XX, foram estabelecidas leis que limitavam as jornadas de trabalho, sendo a instituição da jornada de oito horas diárias uma das maiores conquistas do movimento operário.

Melhorias Salariais

A pressão exercida por movimentos sindicais e greves resultou em melhorias progressivas nos salários, permitindo um aumento no poder aquisitivo e na qualidade de vida dos trabalhadores. Em alguns países, foram criados sistemas de salário mínimo para garantir um padrão básico de remuneração, protegendo os trabalhadores mais vulneráveis.

Segurança e Saúde no Trabalho

A industrialização trouxe consigo condições de trabalho perigosas, com altos índices de acidentes e doenças ocupacionais. Durante o século XX, surgiram legislações específicas para regulamentar a segurança e a higiene nos ambientes de trabalho. Inspeções regulares, treinamentos e medidas preventivas foram adotados para reduzir os riscos, ao mesmo tempo em que se fortalecia a fiscalização estatal.

Proteção Social

Com o advento do Estado de bem-estar social, expandiram-se os sistemas de segurança social. Benefícios como reformas, acesso a cuidados de saúde, subsídio de desemprego, licenças-maternidade e outras formas de apoio social passaram a cobrir um número crescente de trabalhadores. Essas medidas contribuíram para a proteção contra as incertezas da vida, reduzindo as desigualdades e promovendo maior segurança económica.

Direitos Individuais e Coletivos

Direitos fundamentais como a liberdade sindical, o direito à negociação coletiva e à greve foram consagrados em diversos países, garantindo aos trabalhadores maior capacidade de organização e influência nas relações laborais. Ademais, leis contra a discriminação e a favor da igualdade de tratamento e oportunidades foram implementadas, promovendo um ambiente mais inclusivo e justo.

Novos Desafios no Século XX

Embora avanços significativos tenham sido alcançados, o século XX também trouxe desafios complexos para o mundo do trabalho:

- i. Novas formas de organização do trabalho: Modelos como o taylorismo e o fordismo aumentaram a produtividade, mas também resultaram em alienação e intensificação dos ritmos de trabalho, gerando insatisfação entre os trabalhadores.
- ii. Desemprego e crises econômicas: Crises cíclicas, como a Grande Depressão de 1929, expuseram a vulnerabilidade dos trabalhadores frente às flutuações econômicas, exacerbando problemas como o desemprego em massa.
- iii. Globalização e deslocalização: A transferência de produção para regiões de menor custo laboral pressionou as condições de trabalho e os salários nos países industrializados.
- iv. Novas tecnologias e automação: A introdução de máquinas e tecnologias inovadoras aumentou a eficiência, mas também resultou em desemprego estrutural, especialmente entre trabalhadores de setores menos qualificados.

2.3. O Trabalho no Século XXI: Precarização, Digitalização e Novos Desafios

Precarização do Trabalho

O século XXI testemunhou um aumento das formas precárias de trabalho, caracterizadas por contratações temporárias, falta de estabilidade e direitos trabalhistas limitados. O crescimento das plataformas digitais, como aplicativos de entrega e transporte, exemplifica um cenário em que muitos trabalhadores atuam como autônomos, sem acesso a benefícios ou segurança social.

Desigualdades Crescentes

A polarização do mercado de trabalho ampliou as desigualdades salariais e sociais. Trabalhadores qualificados e envolvidos em setores tecnológicos usufruem de altos salários e boas condições, enquanto trabalhadores menos qualificados enfrentam dificuldades crescentes. Além disso, diferenças de gênero, etnia e região continuam a influenciar negativamente a distribuição de oportunidades.

Digitalização e Novas Tecnologias

A digitalização e a ascensão da inteligência artificial estão remodelando o mundo do trabalho. Embora novas profissões estejam surgindo, muitas ocupações tradicionais têm sido substituídas por processos automatizados. Esse cenário exige um esforço constante de requalificação e adaptação por parte dos trabalhadores.

Desafios da Sustentabilidade

As mudanças climáticas e as demandas por sustentabilidade impactam diretamente o mercado de trabalho. Novas indústrias verdes criam oportunidades, mas também exigem investimentos em infraestrutura e formação para que trabalhadores possam se adaptar à transição para uma economia mais sustentável.

Envelhecimento da População e Sustentabilidade dos Sistemas de Proteção Social

O aumento da esperança de vida e a queda nas taxas de natalidade impõem pressões significativas sobre os sistemas de proteção social. Garantir a sustentabilidade desses sistemas exige reformas que equilibrem as necessidades das gerações atuais e futuras.

O Movimento Sindical e a Necessidade de Reinvenção

Diante desses novos desafios, o movimento sindical enfrenta a tarefa de se reinventar. A inclusão de trabalhadores precários, independentes e vinculados às plataformas digitais é essencial. Também se faz necessária uma abordagem mais abrangente, que considere não apenas os direitos trabalhistas tradicionais, mas também questões como sustentabilidade, igualdade e transformação tecnológica.

3. A Criação do Movimento Sindical Internacional

3.1. O Internacionalismo Operário: Uma Resposta à Globalização do Capital

Desde as suas origens, o movimento sindical manifestou uma forte vocação internacionalista. A ideia de que os trabalhadores de todos os países partilham interesses comuns e devem unir-se para lutar contra a exploração e pela justiça social esteve presente desde o início.

O internacionalismo operário surgiu como uma resposta à própria natureza do capitalismo, que desde cedo se revelou um sistema económico global, com o capital a circular livremente entre fronteiras. Os trabalhadores perceberam que a sua luta não podia ser apenas nacional, mas que era necessário construir uma solidariedade e uma ação coordenada a nível internacional.

3.2. As Primeiras Internacionais e a Divisão Ideológica

As primeiras tentativas de organização sindical internacional surgiram no século XIX:

1) Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – Primeira Internacional (1864-1876)

A Primeira Internacional foi criada em Londres, reunindo trabalhadores, sindicalistas e intelectuais com o objetivo de promover a solidariedade internacional e a luta contra o capitalismo. Apesar do seu impacto inicial, enfrentou divisões internas, sobretudo entre marxistas e anarquistas, que acabaram por levar à sua dissolução.

2) Segunda Internacional (1889-1916)

Fundada em Paris, com uma orientação predominantemente socialista, a Segunda Internacional desempenhou um papel importante na promoção da legislação laboral, na luta pela jornada de 8 horas e na organização do 1.º de Maio. Contudo, desintegrou-se com o início da Primeira Guerra Mundial, devido às divisões entre os partidos socialistas face ao conflito.

Ao longo do século XX, o movimento sindical internacional continuou a desenvolver-se, mas também refletiu as divisões ideológicas e políticas do mundo:

3) Federação Sindical Internacional (FSI) (1919-1945)

Criada após a Primeira Guerra Mundial, com uma orientação social-democrata, a FSI representava sindicatos de diversos países, principalmente europeus. Contribuiu para o avanço de direitos laborais, mas enfrentou desafios decorrentes das tensões políticas da época.

4) Internacional Sindical Vermelha (Profintern) (1921-1937)

Criada pela Internacional Comunista, a Profintern tinha uma orientação comunista e representava sindicatos ligados aos partidos comunistas. A sua atuação foi marcada pela influência soviética e pela busca de alianças com movimentos revolucionários.

5) Confederação Mundial do Trabalho (CMT) (1920-2006)

Com uma orientação social-cristã, a CMT representava sindicatos de diversos países, incluindo da América Latina e de África. A sua atuação esteve voltada para a promoção de direitos laborais e justiça social sob uma perspectiva cristã.

6) A Federação Internacional de Sindicatos Livres (FISL) (1949-2006)

Formada por sindicatos de orientação social-democrata e cristã-democrática que decidiram se separar da Federação Sindical Internacional (FSI), devido a tensões relacionadas à influência da União Soviética e do movimento comunista sobre esta última.

3.3. A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Unidade Sindical Global

No contexto da Guerra Fria e da divisão do mundo em blocos, a unidade do movimento sindical internacional tornou-se ainda mais difícil. No entanto, com o fim da Guerra Fria e a globalização da economia, surgiu uma nova oportunidade para a unidade sindical global.

Em 2006, a Federação Internacional de Sindicatos Livres (FISL) e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) fundiram-se, dando origem à **Confederação Sindical Internacional (CSI)**.

A CSI é hoje a principal organização sindical internacional, representando mais de 200 milhões de trabalhadores filiados em 332 organizações sindicais de 163 países e territórios.

Principais Objetivos da CSI:

- i. Promover e defender os direitos dos trabalhadores em todo o mundo.
- ii. Lutar por melhores condições de trabalho, salários justos e proteção social.
- iii. Promover a igualdade de género e a não discriminação no mundo do trabalho.
- iv. Defender a democracia, a liberdade sindical e os direitos humanos.
- v. Promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

4. O 1.º de Maio no Movimento Sindical: Dia Internacional do Trabalhador

4.1. A Origem do 1.º de Maio: A Luta pelas 8 Horas e os Mártires de Chicago

O Dia Internacional do Trabalhador, celebrado em várias partes do mundo, tem as suas raízes nas lutas operárias do final do século XIX nos Estados Unidos da América. O marco histórico foi a reivindicação pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, um movimento que simbolizou a resistência contra as condições de exploração impostas pela industrialização.

A central sindical American Federation of Labor (AFL) desempenhou um papel crucial, convocando uma greve geral para o dia 1.º de Maio de 1886, que mobilizou milhares de trabalhadores em várias cidades. Em Chicago, a greve ganhou maior intensidade e culminou em eventos trágicos na Praça Haymarket. Durante uma manifestação pacífica, no dia 4 de Maio, uma explosão de bomba matou policiais e trabalhadores. A resposta foi violenta: a polícia abriu fogo contra a multidão, resultando em mortes e feridos.

O incidente levou à prisão de oito líderes sindicais, acusados de conspirar contra a ordem pública, apesar da ausência de provas conclusivas. Sete deles foram condenados à morte, e quatro foram executados em 1887. Esses líderes ficaram conhecidos como os Mártires de Chicago, transformando-se em símbolos universais da luta dos trabalhadores.

4.2. A Consagração do 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador

A memória dos eventos de Chicago ecoou pelo mundo. Em 1889, o Congresso da Segunda Internacional Socialista, reunido em Paris, decidiu consagrar o 1.º de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador. O objetivo era honrar os Mártires de Chicago e reforçar a luta pela jornada de 8 horas.

A data tornou-se um marco para os trabalhadores de todo o mundo, promovendo a organização de manifestações e greves em defesa dos direitos laborais. Desde então, o 1.º de Maio simboliza a luta pela dignidade no trabalho, unindo trabalhadores em torno de reivindicações comuns e inspirando solidariedade internacional.

4.3. O 1.º de Maio como Símbolo de Luta e Solidariedade

Mais do que um feriado, o 1.º de Maio é um dia de reflexão, resistência e renovação do compromisso com a justiça social. Podemos dizer que ele reflete:

- i. **A memória das lutas passadas:** Relembra as batalhas históricas e os sacrifícios daqueles que abriram caminho para os direitos trabalhistas contemporâneos, como a jornada de 8 horas e a proibição do trabalho infantil.
- ii. **A reafirmação das reivindicações atuais:** Reforça a necessidade de lutar por salários justos, melhores condições de trabalho, igualdade de género e raça, e a ampliação de políticas de proteção social.
- iii. **A celebração da solidariedade global:** Destaca o poder da união entre os trabalhadores de todas as nações, demonstrando que a luta por dignidade e igualdade transcende fronteiras.
- iv. **A esperança por um futuro mais justo:** Inspira a busca contínua por um mundo onde o trabalho seja respeitado e os direitos dos trabalhadores sejam garantidos.

Em Portugal, o 1.º de Maio carrega uma relevância particular, tanto pela memória das lutas sindicais quanto pelo papel que desempenhou na resistência ao regime autoritário do Estado Novo. Após a Revolução dos Cravos em 1974, a data foi celebrada com renovado vigor, simbolizando a liberdade e a conquista de direitos democráticos.

O Dia Internacional do Trabalhador continua a ser um incentivo à ação, lembrando que a luta pela dignidade no trabalho é uma jornada contínua, alimentada pela memória do passado e pela visão de um futuro mais igualitário.

5. O Movimento Sindical em Portugal: Uma História de Luta e Resistência

5.1. As Origens do Movimento Sindical em Portugal: Influências e Primeiras Organizações

As origens do movimento sindical em Portugal estão intrinsecamente ligadas à emergência da industrialização no século XIX, quando surgiram as primeiras organizações operárias em resposta às condições precárias de

trabalho. Inspiradas pelos movimentos sindicais europeus, especialmente franceses e britânicos, estas organizações procuraram defender os direitos dos trabalhadores e promover a solidariedade entre as classes operárias.

As primeiras organizações operárias em Portugal incluem:

- i. Associações de Socorros Mútuos: Inspiradas nas associações de carácter mutualista, estas organizações ofereciam assistência financeira e apoio em situações de doença ou desemprego.
- ii. Sociedades de Resistência: Criadas com o objetivo de organizar greves e resistir à exploração patronal, eram fundamentais para pressionar por melhores condições de trabalho.
- iii. Centros Sociais Operários: Espaços de convivência, formação e cultura para os trabalhadores, que fomentavam a educação e o debate político.

O anarquismo teve uma influência particularmente forte nas primeiras décadas do movimento sindical português. A defesa da ação direta, da autogestão e da greve geral como instrumentos de luta, bem como a crítica ao Estado e ao capitalismo, moldaram profundamente a identidade sindical no início do século XX.

5.2. A Criação das Centrais Sindicais em Portugal: CGTP e UGT

A organização sindical em Portugal evoluiu significativamente ao longo do século XX, com a criação de centrais sindicais que consolidaram a luta dos trabalhadores em torno de objetivos comuns.

Confederação Geral do Trabalho (CGT) (1919): Foi a primeira central sindical portuguesa, inspirada pelos princípios do sindicalismo revolucionário. A CGT teve um papel importante na organização de greves e protestos, mas foi duramente reprimida durante o Estado Novo.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, que trouxe a liberdade sindical, surgiram duas principais centrais sindicais:

- i. Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN) (1970): Fundada clandestinamente durante a ditadura, a CGTP-IN tornou-se a maior central sindical portuguesa após o 25 de Abril. Herdeira da tradição sindical de luta de classes, tem forte influência do Partido Comunista Português (PCP), embora se defina como ideologicamente pluralista.
- ii. União Geral de Trabalhadores (UGT) (1978): Fundada com uma orientação mais social-democrata e reformista, a UGT promove o diálogo social e a concertação como instrumentos de negociação. A UGT tem ligações históricas ao Partido Socialista (PS).

Estas duas centrais sindicais representam diferentes abordagens e estratégias, mas ambas desempenham um papel essencial na defesa dos direitos dos trabalhadores e na negociação coletiva em Portugal.

5.3. Uma Longa Ditadura de 48 Anos: Repressão e Resistência Sindical

Durante o regime autoritário do Estado Novo (1926-1974), o movimento sindical foi severamente reprimido. A liberdade sindical foi suprimida, o direito à greve foi proibido e as manifestações operárias foram violentamente reprimidas. Os sindicatos independentes foram dissolvidos ou colocados sob controle estatal através da organização corporativista.

Apesar da repressão, o movimento sindical manteve-se ativo na clandestinidade:

Organizou greves ilegais e distribuiu propaganda para manter viva a luta por direitos trabalhistas.

Muitos sindicalistas enfrentaram prisão, tortura e exílio, mas continuaram a resistir.

A CGTP-IN, fundada clandestinamente em 1970, simbolizou a continuidade da resistência sindical durante a ditadura. A sua estrutura clandestina e capacidade de organização foram cruciais para a mobilização massiva após a Revolução de 25 de Abril.

5.4. A Evolução Após o 25 de Abril de 1974: Liberdade Sindical e Novas Conquistas

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marcou o fim da ditadura e o início de uma nova era para o movimento sindical em Portugal. Com a restauração da democracia, foram garantidas as liberdades fundamentais:

- i. Liberdade Sindical: Sindicatos puderam atuar livremente, organizar-se e recrutar membros.
- ii. Reconhecimento do Direito à Greve: Este direito foi consagrado na Constituição de 1976.
- iii. Fomento da Negociação Coletiva: Incentivo à criação de contratos coletivos de trabalho.

Nos anos seguintes, o movimento sindical cresceu exponencialmente, com a CGTP-IN e a UGT desempenhando papéis centrais na defesa dos trabalhadores. Estas organizações foram protagonistas na construção do Estado social, contribuindo para conquistas como o salário mínimo, férias pagas, e a Segurança Social.

Porém, o movimento sindical enfrenta novos desafios no século XXI:

- I. Precarização do Trabalho: O aumento dos contratos temporários e das formas de trabalho atípico.
- II. Desemprego e Globalização: A deslocalização industrial e as crises econômicas globais.
- III. Digitalização: O impacto das tecnologias digitais e do teletrabalho nas relações laborais.

IV. Renovação Geracional: A necessidade de atrair jovens trabalhadores e adaptar-se às suas novas expectativas e formas de organização.

O movimento sindical em Portugal continua a ser um pilar essencial na defesa dos direitos laborais e na promoção da justiça social, mantendo viva a tradição de luta e resistência que marcou a sua história.

6. Centrais Sindicais – Organização e Funcionamento em Portugal

6.1. A Organização Interna das Centrais Sindicais (CGTP-IN e UGT)

As centrais sindicais portuguesas, CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional) e UGT (União Geral de Trabalhadores), possuem estruturas organizativas que refletem sua função de articulação e representação dos sindicatos filiados. Essas estruturas garantem a participação democrática, a coordenação estratégica e a execução das decisões.

Os seus principais órgãos são:

1) Congresso

O congresso é o órgão máximo de decisão, reunindo delegados eleitos por todos os sindicatos filiados. É responsável por definir as linhas gerais da política sindical, eleger os órgãos dirigentes e aprovar ou revisar os estatutos da central sindical. Os congressos, realizados periodicamente, também servem como espaço de debate sobre os desafios do movimento sindical.

2) Conselho Nacional

Órgão deliberativo entre congressos, composto por representantes dos sindicatos filiados. Sua principal função é acompanhar a aplicação das decisões do congresso e debater questões sindicais relevantes. Além disso, é responsável por ajustar a estratégia sindical de acordo com as mudanças no cenário político, social e econômico.

3) Direção/Comissão Executiva

Esse é o órgão executivo central, responsável pela gestão corrente da central sindical e pela implementação das decisões do congresso e do conselho nacional. A direção articula ações de âmbito nacional e setorial, garantindo o funcionamento contínuo da organização.

4) Secretariado

Um órgão mais restrito, o secretariado é responsável pela coordenação direta das atividades da central sindical e pela representação externa em fóruns nacionais e internacionais. Sua atuação busca responder rapidamente às demandas urgentes e assegurar a visibilidade institucional.

5) Departamentos e Setores Específicos

As centrais organizam-se também em departamentos ou setores especializados por temas, como negociação coletiva, igualdade de gênero, segurança e saúde no trabalho, e política de juventude. Essas estruturas garantem uma abordagem técnica e focada nas questões específicas dos trabalhadores.

6.2. O Funcionamento e a Ação das Centrais Sindicais

As centrais sindicais portuguesas exercem um papel essencial na defesa dos direitos dos trabalhadores e na promoção da justiça social.

As suas principais atividades incluem:

1) Representação e Defesa dos Trabalhadores

As centrais sindicais representam os interesses dos trabalhadores em negociações com governos, organizações patronais e outras entidades. Atuam como voz coletiva nas políticas públicas e na regulamentação das condições de trabalho.

2) Negociação Coletiva

Participam diretamente na negociação de contratos coletivos de trabalho, com impacto em salários, jornadas de trabalho, benefícios e outras condições laborais.

3) Ação Reivindicativa e Mobilização

As centrais organizam greves, manifestações e protestos para pressionar empregadores e governos a atenderem às reivindicações dos trabalhadores, sobretudo em momentos de austeridade ou reformas que ameaçam os direitos laborais.

4) Formação e Educação Sindical

Promovem programas de formação sindical para capacitar lideranças e trabalhadores, fortalecendo a organização sindical em níveis local e nacional.

5) Informação e Comunicação

As centrais mantêm canais de comunicação para divulgar informações relevantes aos filiados e à sociedade. São exemplos folhetos, publicações temáticas, campanhas de conscientização e diálogo com a mídia.

6) Serviços aos Filiados

Além da representação sindical, algumas centrais oferecem serviços como apoio jurídico, formação profissional, assistência em disputas laborais e seguros específicos.

7) Intervenção Social e Política

As centrais participam do debate público sobre temas como políticas salariais, legislação do trabalho e segurança social, defendendo os interesses da classe trabalhadora.

8) Relações Internacionais

Mantêm conexões com federações sindicais internacionais, reforçando a solidariedade global e contribuindo para campanhas e ações conjuntas em defesa dos direitos humanos e dos trabalhadores.

7. Organizações Sindicais Internacionais: Estrutura e Atuação Global

7.1. A Estrutura das Organizações Sindicais Internacionais

As organizações sindicais internacionais, como a CSI (Confederação Sindical Internacional) e as federações setoriais globais, possuem estruturas voltadas para a coordenação de ações em nível global e regional. Os seus principais órgãos são os seguintes:

1) Congresso Mundial/Conferência Internacional

Reunindo representantes de organizações filiadas, o congresso é responsável por estabelecer políticas, eleger dirigentes e aprovar estratégias globais.

2) Conselho Executivo/Comité Executivo

Órgão deliberativo que define as prioridades entre congressos. Representa regiões e setores, promovendo a coesão das estratégias globais.

3) Secretariado Geral

Responsável pela gestão diária e pela implementação das decisões estratégicas.

4) Departamentos Regionais e Temáticos

Tratam de temas específicos, como mudanças climáticas, igualdade de género, direitos dos trabalhadores e desenvolvimento sustentável.

7.2. A Atuação das Organizações Sindicais Internacionais

As principais atividades dessas organizações incluem:

- i. Defesa Global dos Direitos dos Trabalhadores - Denunciam violações ao direito e promovem o respeito às normas internacionais.
- ii. Pressão em Organizações Internacionais - Atuam junto a organismos como a OIT, ONU e FMI para influenciar políticas que impactam os trabalhadores.
- iii. Solidariedade Internacional - Apoiam sindicatos locais em lutas contra repressão e exploração, promovendo ações de cooperação.
- iv. Promoção de Normas Laborais Internacionais - Desenvolvem campanhas para fortalecer convenções da OIT e garantir a sua ratificação.
- v. Capacitação Sindical Global - Fornecem formação a lideranças sindicais em países com estruturas fragilizadas.

Conclusão

A história do movimento sindical reflete uma trajetória de coragem e persistência na defesa dos direitos dos trabalhadores. Desde o contexto adverso da Revolução Industrial até os complexos desafios do século XXI, os sindicatos desempenharam um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, promovendo valores como a igualdade e a solidariedade.

Em Portugal, o movimento sindical não foi exceção, enfrentando períodos de repressão e celebrando conquistas significativas. A sua capacidade de adaptação e resistência destaca-se como um testemunho da sua relevância e da necessidade contínua de lutar pelos direitos laborais e pela dignidade no trabalho.

Este manual pretendeu oferecer uma visão ampla sobre essa rica história, ilustrando os momentos marcantes e as transformações que moldaram o sindicalismo ao longo do tempo. Que este material possa inspirar a reflexão e o reconhecimento da importância do movimento sindical no fortalecimento das democracias e na busca por um futuro mais igualitário para todos.

Bibliografia Recomendada

Ramalho, Maria da Luz. (1987). Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal. Lisboa: Sá da Costa Editora.

Fernandes, Rogério. (1989). A História do Movimento Operário e Sindical em Portugal. Lisboa: Presença.

Estanque, Elísio. (1999). Entre Sindicalismo e Movimentos Sociais: Portugal e a Europa no Fim do Século XX. Porto: Afrontamento.

Catoga, Fernando. (2000). A Crise do Operariado em Portugal: Movimento Sindical e Ideologia. Coimbra: Almedina.

Cunha, Rita. (2015). "Anarquismo e Movimento Sindical em Portugal." Revista Portuguesa de História, Vol. 48, pp. 17-30.

Silva, Marta. (2017). "CGTP e UGT: Comparação de Estratégias no Século XXI." Cadernos de História Contemporânea, nº 45, pp. 87-105.

Hobsbawm, Eric. (1984). Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre a História do Trabalhador. Lisboa: Editorial Presença.

Sites

Confederação Sindical Internacional (CSI) - Relatórios anuais sobre os direitos sindicais globais. Disponível em: www.ituc-csi.org.

Portal da CGTP-IN: www.cgtp.pt - História e documentos sobre o movimento sindical em Portugal.

Portal da UGT: www.ugt.pt - Informações sobre a atuação e os desafios atuais.

